

LÚCIO DIONÍSIO PITOCA POSSE

A mulher nos discursos do Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza: o homem, o sujeito, e a mulher, seu tradicional objeto

As narrativas à volta da luta pela igualdade de género e emancipação da mulher em Moçambique têm-se mostrado centrais na enformação dos discursos e práticas da elite política, principalmente quando se referem à construção do Estado-nação desde o período da luta de libertação nacional. Com recurso a análise do discurso, considera-se que Armando Guebuza, nos seus discursos enquanto membro da elite política no exercício das funções de Presidente da República (2005-2009 e 2010-2014), ao mesmo tempo que se mostra defensor e promotor da igualdade de género e da emancipação da mulher, reproduz a ideia de subalternidade da mulher ao limitar a sua ação à família, desempenhando as tarefas de maternidade e de doméstica, refletindo, desse modo, as práticas que vêm desde o período da luta de libertação nacional.

Palavras-chave: análise do discurso; emancipação da mulher; igualdade de género; luta de libertação; Moçambique.

Introdução

A mulher tem sido exaltada – por meio de discursos e práticas¹ da elite política, sobretudo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)² – como agente estruturante, e quase incontornável, em diferentes contextos

¹ Aspetos que podem ajudar a ilustrar algumas práticas são, por exemplo, a definição do dia 7 de abril como feriado nacional em homenagem à mulher moçambicana, ou ainda a atribuição de nome de mulheres a algumas avenidas de Maputo, capital de Moçambique, como é o caso da Avenida Josina Machel, da Avenida Emília Daússe (antigas combatentes da luta de libertação nacional) e da Avenida Lurdes Mutola (campeã mundial de atletismo em 800 metros). No caso de Josina Machel, quase todas as capitais provinciais têm uma avenida com o seu nome. Nessas localidades existem também monumentos de exaltação da mulher, como se verifica por exemplo em Maputo na Praça do Destacamento Feminino e na Praça da Organização da Mulher Moçambicana.

² Fundada em junho de 1962. Foi o principal movimento que liderou o processo da luta de libertação nacional de Moçambique (1964-1974).

e épocas da construção do Estado-nação em Moçambique. É o caso, por exemplo, da sua associação à luta de libertação nacional enquanto um dos maiores marcos da história.

Com esse enobrecimento da mulher, tem sobressaído a ideia de que a luta da mulher pela igualdade de género e pela sua emancipação permitiu que se reduzissem as desigualdades e assimetrias em relação ao homem, o que, em parte, é um facto, se observarmos que a mulher se faz mais presente – principalmente em termos quantitativos – em diferentes espaços de poder e de tomada de decisão nos diversos contextos e épocas da história de Moçambique (Arthur, 2008; Gusse, 2018; Osório, 2007; Vidal, 2017).

Com base na técnica de análise do discurso, examino como Armando Guebuza, nos seus discursos enquanto membro da elite política no exercício das funções de Presidente da República (2005-2009 e 2010-2014), representa a mulher na relação com as dinâmicas de construção do Estado-nação em Moçambique. E mostro que, ao mesmo tempo que se mostra defensor e promotor da igualdade de género e da emancipação da mulher, reproduz a ideia de subalternidade da mesma em relação ao homem que vem desde o período da luta de libertação nacional, ao limitar, simbolicamente, a sua ação ao espaço da família, desempenhando as tarefas de maternidade, de cuidado e de doméstica.

Para tal, concentrei a minha análise em dois dos sete volumes da coletânea dos discursos de Armando Guebuza,³ designadamente *A nossa missão: unidade nacional – Iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra a pobreza* (2011) e *A nossa missão: saúde da mulher e da criança – Um desafio multissetorial que se coloca à escala planetária* (2014). A escolha dessas coletâneas se deve ao facto de os títulos se centrarem na mulher e, por conta disso, transmitirem (pelo menos, em ideia) que a igualdade de género e a emancipação da mulher foram uma preocupação de Guebuza durante a sua governação.

Aplicando essa metodologia, os discursos de Armando Guebuza perdem a sua singularidade, tornando-se num único *corpus* discursivo. Como referem Laura Macedo e colegas, a “análise do discurso não [se limita] [...] unicamente à tomada dos textos produzidos [conteúdos] em sua singularidade, mas [também toma em consideração a] compreensão de seu contexto” (2008, p. 651). Por outras palavras, combino a dimensão intratextual e o contexto em que os discursos foram elaborados e enunciados por Armando Guebuza com o objetivo de captar os sentidos e significados atribuídos à mulher na sua relação com as dinâmicas de construção do Estado-nação

³ Esta coletânea foi publicada ao longo dos dois mandatos de Armando Guebuza.

em Moçambique (Macedo et al., 2008; Mazzola, 2009; Pinto, 2006; van Dijk, 1995, 2006).

A categoria “mulher” não deve ser entendida como unívoca por carregar consigo uma multiplicidade de sentidos e significados que resultam de processos e dinâmicas sociais, ao longo da história, sob influência de diferentes fatores, como o biológico, o cultural, o económico, o político, os interesses individuais, entre outros. Ou seja, esta categoria deve ser entendida como um produto histórico que se observa sempre que ocorrem manifestações que dão forma às ações, sentidos e significados em que o sujeito mulher reivindica para si uma identidade, ou quando a identidade lhe é atribuída pelo mundo, isto é, pelos “outros” (Andrade, 2021; Beauvoir, 1967, 1970; Butler, 2003; Chartier, 1995; Phillips, 2001; Watson, 2016; Young, 1994).

Desse modo, mais do que definir a categoria “mulher”, a mesma é acionada no artigo enquanto uma construção social sob domínio e controlo masculino com o consentimento feminino, como refere Roger Chartier (1995). Nesta construção social, os principais atributos que a vão caracterizar são os fatores biológico e sociocultural, manifestados por meio da maternidade e do cuidado que tem pelos outros, como destacam Luis Miguel (2001) e Zélia Biasoli-Alves (2000).

O artigo está dividido em três secções. Na primeira e na segunda, a análise centra-se nas dinâmicas da luta pela igualdade de género e pela emancipação da mulher no contexto da luta de libertação nacional e do período pós-independência, respetivamente. A relevância dessas duas secções reside no facto de possibilitar compreender, historicamente, o posicionamento de Armando Guebuza em relação à igualdade de género e à emancipação da mulher. Na terceira (e última) secção, a análise incide nos seus discursos enquanto presidente e procura mostrar como a mulher é representada na relação com as dinâmicas de construção do Estado-nação.

1. Luta de libertação nacional e a luta pela igualdade de género e emancipação da mulher

O envolvimento da mulher nos processos políticos ao longo da história, em diferentes contextos de África, pode ser identificado desde períodos anteriores à colonização, como é o caso da rainha Njinga Mbandi do reino de Ndongo e Matamba (território no norte de Angola) durante o século XVII e da rainha Taytu Betul da Etiópia entre finais do século XIX e princípios do século XX, ao se destacarem pelo protagonismo e liderança na luta contra os seus invasores (Makana, 2019). É também o caso da rainha Achivanjila, em Majune (Moçambique), entre os finais do século XIX e princípios do

século xx, que se destacou pela liderança na luta contra a escravatura, particularmente o comércio de escravos (Vene, 2018; Zimba, 2012, p. 20).

Anna Moagi e Butholezwe Mtombeni (2020) referem ainda que a mulher se destacou nos diferentes espaços políticos e religiosos, incluindo nos processos de produção nas sociedades pré-coloniais da África Austral. Porém, como acrescenta Selina Makana (2019), estes atos não refletem, necessariamente, a existência de uma consciência da mulher como grupo social, situação que só começa a ser verificada a partir do século xx. É a partir deste século, particularmente durante a colonização e consequente nacionalismo, que o envolvimento da mulher nos processos políticos nacionalistas começa a mostrar sinais da emergência de uma ideologia de género⁴ comprometida com a luta pela igualdade de género e emancipação da mulher (Geisler, 1995; Ly, 2014; McClintock, 1991; Nyagosia et al., 2017; Seidman, 1993).

Foi nessa perspetiva nacionalista liderada pela FRELIMO que se observou a emergência dos primeiros sinais da ideologia de género, por meio da criação, em 1967, do Destacamento Feminino (DF), na medida em que permitiu que se observasse uma reivindicação por parte da mulher para a sua inclusão – à semelhança do que já acontecia com a contraparte masculina – nas dinâmicas e processos da luta de libertação nacional em Moçambique. Com a criação desta organização com inclusão da mulher, ocorre, mesmo que de forma tímida, o início da transição dos seus papéis de sujeito passivo ou somente social (mãe e doméstica) para sujeito ativo e/ou político (mulher combatente). Acontece ainda a deslocação do seu espaço, passando de unicamente periférico e marginal (doméstico) para central (campo de batalha) no movimento nacionalista (Arnfred, 2004; Casimiro, 2001; Isaacman & Isaacman, 1984; Osório, 2007; Santana, 2009; Santana, 2016; Zimba, 2012).

No entanto, este processo não significou a inclusão efetiva da mulher no contexto dos conflitos armados, uma vez que o processo do seu recrutamento

⁴ Importa referir que ideologia de género deve ser entendida como uma categoria de análise das ciências sociais (Hamlin, 2020) que procura compreender os “imaginários socioculturais que enquadram e constroem os papéis de género que vigoram numa sociedade, comunidade ou grupo social num determinado momento e contexto social” (Garraio & Toldy, 2020, p. 132). O que tem possibilitado, por um lado, compreender por meio de pesquisas particularmente o papel da mulher na sociedade ao longo da história e, por outro, dar subsídios (isto é, em termos de tomada de consciência) para que as mulheres liderem as suas próprias lutas por igualdade de género e emancipação, contribuindo dessa forma para a elaboração e aprovação de políticas, legislação e programas nacionais e internacionais em defesa desses ideais. Difere da “ideologia de género” com aspas, que é a apropriação do mesmo termo enquanto discurso (e não categoria de análise) do catolicismo, do protestantismo evangélico e do pentecostalismo, bem como de partidos políticos de direita (e alguns de esquerda), incluindo movimentos conservadores para combater as lutas pela igualdade de género e emancipação da mulher por as considerarem uma ameaça aos papéis tradicionais e sagrados da mulher na família e, consequentemente, na sociedade (Garraio & Toldy, 2020; Graff, 2016; Hamlin, 2020; Ove ka, 2023; Paternotte & Kuhar, 2017).

para fazer parte da luta não era acompanhado de um discurso de emancipação da mulher – além de que o recrutamento e treinamento militar da mulher para participar da luta só se iniciou em 1970 (Katto, 2020, p. 50). Para além disso, não se observou a transformação das estruturas de dominação masculina, isto é, perpetuaram-se as hierarquias dos sexos, em que a mulher se manteve subalterna. Parece assim que com este ato de incluir a mulher nas dinâmicas do nacionalismo, particularmente na luta de libertação nacional, a liderança masculina da FRELIMO procurava evitar que a exclusão da mulher concorresse para a fragilização da ideia de “unidade nacional” no sentido utilizado por Eduardo Mondlane (1995), isto é, enquanto união para além das diferenças existentes entre os moçambicanos.

A exclusão da mulher podia-se mostrar também um grande perigo para o movimento, na medida em que a mulher representa a “metade da humanidade”, ou seja, como sugere Juliet Mitchell, “a situação das mulheres é diferente da de qualquer outro grupo social. Isto porque não se constituem em uma unidade de um número de unidades que podem ser isoladas, mas são metade de uma totalidade: a espécie humana” (2006, p. 203). Daí que a sua exclusão representava uma redução significativa do apoio à luta, sobretudo no contexto rural – principal espaço do conflito armado e implantação das zonas libertadas – em que a mulher era (e continua a ser) a maioria (INE, 2017; Kruks & Wisner, 1989). Para além disso, a exclusão podia deixar a mulher à mercê do regime colonial ao ponto de poder ser cooptada e instrumentalizada para dificultar o avanço do movimento de libertação nacional.

Mas também é importante aludir que, ao mesmo tempo que a ideia de “unidade nacional” permitia a inclusão da mulher nas dinâmicas da luta de libertação nacional, negligenciava as suas lutas pela igualdade de género e emancipação. Como sugere Stephanie Urdang (1989), os ideais da FRELIMO enquanto movimento socialista que procurava construir uma sociedade igualitária entravam em contradição com as lutas da mulher pela igualdade de género e emancipação por se tratar da luta de um grupo específico, situação que contribuiu para que fosse negligenciada. Também porque, de acordo com Jonna Katto (2020, pp. 51–52), o discurso de igualdade de género no contexto da luta de libertação nacional defendia que não existia distinção entre homens e mulheres enquanto guerrilheiros, isto é, só existia “o guerrilheiro”, situação que acabava por remeter a mulher à subalternidade na relação com o homem por se tratar de uma sociedade patriarcal. Esse aspeto também se observou em outros contextos, como por exemplo na Zâmbia, no Zimbabué, no Botsuana (Geisler, 1995), na Guiné-Bissau (Ly, 2014), na África do Sul (McClintock, 1991) e na Nicarágua (Molyneux, 2001), em que a mulher se viu obrigada a abdicar das suas

lutas pela igualdade e emancipação em detrimento do nacionalismo por ser apresentado como uma luta maior, mais importante e inclusiva contra as desigualdades. Situação que, conseqüentemente, reforçava a hierarquia dos papéis e tarefas da mulher e do homem nas diferentes estruturas – como produção, socialização, reprodução e sexualidade (Mitchell, 2006) – acabando por perpetuar a condição subalterna da mulher.

Esses aspetos estão evidentes no contexto do nacionalismo em Moçambique, se observarmos que o envolvimento da mulher na luta de libertação nacional se limitou, recorrendo às palavras de Rachel Soihet e colegas (2001, p. 12), à “complementaridade de subordinação”, na medida em que as tarefas “nobres” – neste caso, de combatente na linha de frente e de tomada de decisão sobre a luta – continuaram a ser desempenhadas pelo homem. Por outro lado, a mulher continuou a desempenhar as funções “subalternas”, caracterizadas pelo fornecimento de alimentos aos guerrilheiros, transporte de material de guerra, prestação de cuidados de saúde e educação às crianças e a outros necessitados, para além de participarem da mobilização para as fileiras do movimento, incluindo servirem de objeto sexual dos guerrilheiros. Por outras palavras, não se verificou a participação ativa da mulher – e de forma igualitária em relação ao homem – nem nos campos de batalha, nem nos processos de tomada de decisão. Como refere Isabel Casimiro, “as mulheres funcionavam ainda como recetoras e não produtoras duma nova ideologia” (2001, p. 101) no contexto da luta de libertação nacional.

Um outro momento que marcou as dinâmicas da luta pela igualdade de género e pela emancipação da mulher no contexto da luta de libertação nacional foi a criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), em 1973, em substituição ao DF. Esta organização, diferentemente do DF, não tinha fins bélicos. Foi formada por civis e a sua sede foi transferida, após a independência do país em 1975, para o espaço urbano de Lourenço Marques (atual cidade de Maputo) (Kruks & Wisner, 1989; Santana, 2009). Com esta transformação se procurava, de acordo com Jacimara Santana (2009, p. 85), formar a mulher nas linhas ideológicas do futuro partido e/ou governo, bem como integrá-la nas dinâmicas internacionais de emancipação da mulher.

Mas é de referir que a criação da OMM não alterou, à semelhança do que já acontecia no DF, a hierarquia das relações entre homens e mulheres, caracterizada pela subalternidade das mulheres. De acordo com Santana (2009, pp. 85–89) e Sonia Kruks e Benjamin Wisner (1989), isto aconteceu porque, em primeiro lugar, para além de a OMM também ter sido criada pela liderança masculina da FRELIMO, a sua génese não envolveu a liderança do DF – situação que, de certo modo, deixa transparecer o esforço

do homem em controlar as aspirações de emancipação da mulher, que se mostravam cada vez mais presentes nos seus discursos. Em segundo lugar, porque a Conferência Extraordinária da OMM realizada em novembro de 1984, que se esperava que fosse um marco significativo na luta pela igualdade de género e emancipação da mulher, foi dominada pela liderança masculina da FRELIMO, desde a agenda às presenças – sobretudo na mesa principal, onde só tinham duas mulheres (Arnfred, 1988, pp. 13–15; Karberg, 2015, p. 8). E em resultado disto, a organização se transformou em um órgão totalmente submisso ao partido sob liderança masculina e, conseqüentemente, se perpetuou a dominação do homem sobre a mulher (Arnfred, 1988; Casimiro, 2001; Karberg, 2015; Kruks & Wisner, 1989; Santana, 2009; Sheldon, 1990).

Não obstante esses constrangimentos, é importante ter em atenção que a criação da OMM simbolizou, de certa forma, o início da transformação estrutural – mesmo que de forma tímida – da luta da mulher pela igualdade de género e emancipação se tivermos em conta que passou de uma reivindicação, durante o DF, mais conjuntural e imediata – que Maxine Molyneux designa por *practical gender interest* (2001, p. 44) – para uma reivindicação mais estrutural e a longo prazo a partir da OMM – que Molyneux designa por *strategic gender interest* (2001, p. 43). Esta situação fica, de certa forma, explícita nas palavras de Graça Machel durante a preparação da conferência extraordinária da OMM em novembro de 1984, ao afirmar que, apesar da OMM ter sido criada pela liderança masculina da FRELIMO, começava a mostrar potencial para ser uma ameaça aos privilégios masculinos (ver Sheldon, 1990, p. 4).

2. A igualdade de género e a emancipação da mulher no pós-independência: pouca transformação

Com a independência de Moçambique, a mulher viu as suas lutas pela igualdade de género e emancipação serem marginalizadas sob o pretexto de um objetivo comum maior mas, diferentemente do período da luta de libertação nacional, o motivo era a construção da nação. Com isso, mais uma vez, as estruturas da dominação masculina mantiveram a mulher na condição de subalterna. No entanto, algumas conquistas foram alcançadas, como por exemplo o acesso à educação, ao emprego, a cargos políticos e à saúde (Arnfred, 1988, 2015; Casimiro, 2001; Karberg, 2015; Kruks & Wisner, 1989; Santana, 2009; Sheldon, 1990; Vidal, 2017).

Com a aprovação em 1990 da primeira Constituição democrática e multipartidária, começou-se a observar a transformação das dinâmicas das lutas pela igualdade de género e emancipação da mulher, mesmo que de

forma lenta. É de referir que, para além do aumento do número de mulheres nos diferentes espaços públicos, foram elaborados e aprovados instrumentos nacionais para a defesa da mulher. Foram também criadas instituições governamentais e não-governamentais, e Moçambique tornou-se signatário de iniciativas regionais, internacionais e globais com a mesma finalidade.

Em relação ao aumento do número de mulheres nos diferentes espaços públicos, pode-se destacar, por exemplo, que a Assembleia da República de Moçambique, de um cenário caracterizado por 13 mulheres e 98 homens na primeira legislatura (1977-1987), passou para 94 mulheres e 156 homens na nona legislatura (2020-2024) e para 93 mulheres e 157 homens na décima legislatura (2025-2030). Também se nomearam algumas mulheres para cargos de destaque, como por exemplo, Graça Machel (1975-1989), para as funções de ministra da Educação e Cultura; Luísa Diogo (2004-2010), para as funções de primeira-ministra; Beatriz Buchili (2007-2024), para as funções de procuradora-geral da República; e Lúcia Ribeiro para as funções de presidente do Conselho Constitucional (de 2019 até ao momento). Destaca-se ainda a eleição de três mulheres para as funções de presidente da Assembleia da República, nomeadamente Verónica Macamo (2010-2019), Esperança Bias (2020-2024) e Margarida Talapa (2025-2030) – além da nomeação e/ou eleição de outras mulheres para diferentes órgãos e níveis de tomada de decisão.

Ainda assim, é preciso ter em atenção que a representação da mulher nos diferentes cargos e/ou funções não é resultado de qualquer instrumento legal que imponha uma quota, sendo antes reflexo, pelo menos ao nível da Assembleia da República, de um “sistema eleitoral baseado na representação proporcional e nas quotas voluntárias partidárias” (Vidal, 2017, p. 36). Isto mostra que o homem continua a deter o poder de decisão sobre a mulher nos diferentes órgãos do Estado.

No entanto, é de destacar que os partidos políticos com assentos no parlamento, nomeadamente a FRELIMO, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) – sendo os dois últimos, respetivamente, o primeiro e o segundo maior partido da oposição. A FRELIMO e o MDM têm demonstrado preocupação em ter deputadas, manifestada pela definição de quotas (respetivamente com 35% e 30%). Já no caso da RENAMO, apesar de esta não ter quotas definidas, utiliza outras estratégias para garantir a participação da mulher, como, por exemplo, incentivar e privilegiar a inclusão da mulher nas suas listas de candidatura a deputado (Gusse, 2018, pp. 27–31).

No que se refere à criação de instrumentos, a primeira Constituição democrática e multipartidária de 1990 passou a reconhecer a mulher

enquanto sujeito social e político. Assim, conferiu ao Estado, no artigo 57, a responsabilidade de promover e apoiar a emancipação da mulher e, nos artigos 66 e 67, de defender a igualdade da mulher na sua relação com o homem.⁵ Criaram-se instrumentos jurídico-legais que passaram a permitir a emergência de novos atores – diferentes da OMM, isto é, sem ligações com o Estado ou com a FRELIMO – com a agenda principal da luta pela igualdade de género e emancipação da mulher. Tal foi o caso, por exemplo, da criação de algumas organizações não-governamentais, como o Fórum Mulher (1992) que congrega várias organizações e a Liga dos Direitos Humanos (1995), entre outras. Também foi criado, em 1994, um ministério dedicado à mulher (Ministério da Mulher e da Acção Social, atualmente Ministério do Género, Criança e Acção Social) e um Gabinete da Mulher Parlamentar, em 2005, entre outras entidades.

É ainda digna de nota a elaboração e aprovação de alguns instrumentos específicos, como por exemplo o *Plano nacional para o avanço da mulher 2002-2006* (República de Moçambique, 2002), a *Estratégia de género do sector agrário* (República de Moçambique, 2005), a *Política de género e estratégia de implementação* (República de Moçambique, 2009a), e a *Estratégia de género na Função Pública 2009-2013* (República de Moçambique, 2009b). A preocupação com a igualdade de género e emancipação da mulher também aparece refletida, numa perspetiva transversal, no *Plano de acção para a redução da pobreza absoluta 2006-2009 (PARPA II)* (República de Moçambique, 2006), no *Plano de acção para redução da pobreza (PARP) 2011-2014* (República de Moçambique, 2011) e no *Plano quinquenal do Governo 2020-2024* (República de Moçambique, 2020). Foram também aprovadas a Lei da Família⁶ e a Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher⁷.

Moçambique passou a fazer parte de algumas iniciativas em defesa da mulher, como por exemplo, a nível continental, da *Declaração solene da igualdade de género em África* (em 1994), *Declaração de género e desenvolvimento da SADC* (em 1997) e o *Protocolo à carta africana dos direitos humanos e dos povos relativa aos direitos da mulher em África* (em 2005). A nível global,

⁵ República de Moçambique. (1990). *Constituição*. 2 de novembro, Boletim da República, I Série – Número 44. <https://constitucional.org.mz/wp-content/uploads/2023/12/ConstituicaodaRepublicadeMocambique1990.pdf>

⁶ Lei n.º 10/2004, de 25 de agosto de 2004. Boletim da República, Suplemento, I Série – Número 34. <https://mgcas.gov.mz/index.php/component/edocman/legislacao/accao-social/lei-10-2004-lei-da-familia>

⁷ Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro de 2009. Boletim da República, 2.º Suplemento, I Série – Número 38. <https://www.ophenta.org.mz/wp-content/uploads/2017/03/Lei-no-29-2009-sobre-a-Violencia-Domestica-praticada-contra-a-Mulher.pdf>

por exemplo, tornou-se signatário da *Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres* (em 1993), da *Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher* (em 1994), da *Plataforma de acção de Beijing* (em 1995), da *Cimeira de Maputo* (em 2000), da campanha das Nações Unidas *ElesPorElas* (em 2014), entre outras iniciativas.

Mas para que essas conquistas possam efetivamente garantir a igualdade de género, sobretudo a emancipação que a mulher (e, supostamente, o homem também) tanto almeja, é preciso que a luta seja feita no sentido de impactar, simultaneamente, nas quatro estruturas que reproduzem a dominação masculina, nomeadamente a produção, reprodução, sexualidade e socialização, sob o risco de, como refere Mitchell, “uma modificação de qualquer uma delas pode[r] ser anulada pelo reforçamento de outra, de tal forma que apenas uma mera permutação da forma venha a ser [observada]” (2006, p. 221).

Sobre o “reforçamento” de uma das estruturas sociais que contribuem para o enfraquecimento da luta pela igualdade de género e emancipação da mulher, como refere Mitchell (2006), é na socialização, particularmente através da família, que ocorre a formação da pessoa e, conseqüente, a reprodução das hierarquias dos papéis e tarefas do homem e da mulher que acabam por colocar a mulher na condição de subalterna.

É no seio da família moçambicana onde ainda se faz a socialização, que atribui à mulher o papel de mãe, educadora, cuidadora e doméstica, e ao homem o de chefe de família e provedor (Arnfred, 1988, 2004, 2015; Osório, 2007; Pinho, 2015). Um dos impactos que se pode identificar enquanto resultado dessa construção, foi a dificuldade e/ou resistência de numerosas mulheres, particularmente deputadas, na aprovação da Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher. Como refere Maria José Arthur (2008), as deputadas envolvidas na discussão da proposta de lei se recusaram a aceitar determinados aspetos da proposta, como, por exemplo, o direito de a mulher denunciar o seu parceiro em situação de violência doméstica, por considerarem que a lei constitui um grande atentado às práticas culturais moçambicanas que tem salvaguardo, historicamente, as lógicas de dominação masculina, na medida em que a denúncia ameaça a segurança económica da família, garantida pelo homem (na ideia de provedor), porque este seria preso, deixando a mulher e os restantes membros da família vulneráveis.

3. A mulher nos discursos de Armando Guebuza: a subalternidade da mulher

Armando Guebuza, ao longo da sua presidência (de dois mandatos entre 2005 e 2009, e entre 2010 e 2014), recorreu aos discursos como um dos

principais mecanismos de governação – por ser o veículo através do qual interagia com os moçambicanos e, conseqüentemente persuadia-os a aderir à sua agenda de governação. Para além de ter enunciado os seus discursos nos diferentes momentos e contextos, os mesmos foram publicados numa coletânea, o que sugere um esforço do próprio de se imortalizar por meio dos seus ideais.

Essa coletânea está organizada em sete volumes, que têm como título genérico *A nossa missão*. Cada um desses volumes é dedicado a um tema específico, do qual destaco – por serem objeto de análise no presente artigo – os dois volumes dedicados à mulher moçambicana: *A nossa missão: unidade nacional – Iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra a pobreza* (Guebuza, 2011) e *A nossa missão: saúde da mulher e da criança – Um desafio multissetorial que se coloca à escala planetária* (Guebuza, 2014).

Esses dois volumes têm no seu conjunto 136 discursos (83 no primeiro e 53 no segundo). No primeiro volume, os capítulos estão organizados na seguinte sequência temática: “Unidade nacional e Moçambicanidade”, “Descentralização”, “Desenvolvimento social”, “Desenvolvimento económico”, “Estado de direito democrático”, “Política, defesa e segurança”, “Cooperação internacional” e “Estado da nação”. O segundo tem os capítulos na seguinte ordem: “Auto-estima e unidade nacional”, “Sector social e económico”, “Boa governação”, “Defesa e segurança”, “Cooperação internacional” e “Estado da nação”.

No entanto, apesar de esses volumes terem sido dedicados à mulher moçambicana, o seu conteúdo não lhe corresponde. Ou seja, os volumes não têm a sua centralidade na mulher, na medida em que o número de discursos que lhe são dedicados é muito pequeno – do somatório das duas coletâneas, apenas quatro dos discursos têm como foco central a mulher.

No primeiro volume, somente três discursos é que são dedicados à mulher, nomeadamente: “Chama da unidade nacional: iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra a pobreza”, proferido nas celebrações do Dia da Mulher Moçambicana, a 7 de Abril; “Década africana da mulher: consolidando o papel da mulher como importante ator no desenvolvimento socioeconómico”, enunciado na cerimónia de abertura da II Conferência Nacional sobre Mulher e Género; e “Emancipação da mulher no mundo: um fator para o desenvolvimento dos nossos países”, proferido na cerimónia de abertura da reunião do comité de direção da Federação Democrática Internacional das Mulheres. No segundo volume, só um é dedicado à mulher – coincidentemente, é o que dá o título à coletânea, “A nossa missão: saúde da mulher e da criança – Um desafio multissetorial que se coloca à escala planetária” –, enunciado na cerimónia de atribuição a Armando Guebuza

do título de Embaixador da Boa Vontade em prol da saúde da mulher e da criança pelo Fórum das Primeiras Damas Africanas contra o Cancro da Mama e do Colo do Útero.

É importante referir que, diferentemente do primeiro volume, o segundo não tem nenhum discurso alusivo ao Dia da Mulher Moçambicana. Esta aspeto dilui ainda mais a centralidade da mulher nos discursos publicados nesta coletânea e, conseqüentemente, a importância da mulher na governação de Armando Guebuza – especialmente se tivermos em atenção o simbolismo que essa data representa na exaltação do protagonismo da mulher na construção do Estado-nação em Moçambique.

No entanto, para além desses discursos, 16 outros fazem alusão à mulher nos diferentes contextos, mas sem serem agentes estruturantes nos próprios discursos. Isto é, a mulher aparece referenciada como substantivo feminino na distinção do masculino, como se pode observar, por exemplo, neste excerto:

Juntamo-nos a todos vós, homens e mulheres que servem a instituição militar, nesta cerimónia de encerramento de mais uma etapa de formação de quadros, nesta Escola de Sargentos das Forças Armadas “General de Exército Alberto Joaquim Chipande”. (Guebuza, 2014, p. 295)⁸

Outro aspeto a referir é a influência da conjuntura externa e interna nos discursos de Armando Guebuza, como se pode depreender pelo título dos dois volumes. Por um lado, percebe-se que os discursos procuram responder aos movimentos da luta pela igualdade de género e emancipação da mulher liderados pelas diferentes organizações nacionais e internacionais de defesa da mulher. Como se pode verificar neste trecho do discurso:

Apraz-nos registar que não estaremos sós no cumprimento desta nobre missão que nos confiam em Moçambique, em África e no mundo. Convidamos a todos nesta sala e às organizações, instituições e órgãos que representam para integrar a nossa equipa. Esta é uma responsabilidade partilhada e com cada um de nós a fazer a sua parte, continuaremos a registar sucessos nesta luta pela contínua melhoria da saúde da mulher e da criança. (Guebuza, 2014, p. 127)⁹

⁸ Discurso enunciado na cerimónia de encerramento do curso de sargentos dos quadros permanentes, de sargentos milicianos, de sargentos da guarda fronteiriça e de instrução básica militar dos jovens médicos, em Boane, no dia 9 de novembro de 2013.

⁹ Discurso proferido na cerimónia de atribuição, a Armando Guebuza, do título de Embaixador da Boa Vontade em prol da saúde da mulher e da criança.

Por outro lado, parece que os discursos procuram mobilizar as mulheres a aderir à agenda de governação de Armando Guebuza, assente na luta contra a pobreza, como se de sua própria agenda se tratasse. Aliás, isto está evidente no título de uma das coleções aqui analisadas – *A nossa missão: unidade nacional – Iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra pobreza*. Para tal, recorreu às narrativas – com ênfase nas memórias da participação da mulher na luta de libertação nacional – de bravura e sacrifício como um exemplo a ser seguido, de forma particular pelas mulheres e de forma geral pelo povo moçambicano, na luta contra a pobreza. Como se pode ler no excerto abaixo:

Hoje a nossa agenda é de luta contra a pobreza. Como ontem [na luta de libertação nacional], a auto-estima, o espírito empreendedor e a capacidade de liderança da mulher são chamados para levá-la a explorar e beneficiar dos seus direitos constitucionais que ditam a igualdade de direitos e oportunidades para todos, que o nosso lema [“Mulher moçambicana engajada na luta contra a pobreza, pela igualdade de direitos e oportunidades para todos”] destas celebrações muito bem sumariza (Guebuza, 2011, p. 30)¹⁰

Importa aludir que a luta de libertação nacional se tem mostrado útil – isto é, objeto de instrumentalização – por parte da elite política moçambicana, sobretudo da FRELIMO, na mobilização dos moçambicanos para seguir as suas agendas. Este facto surge da simbologia que a mesma carrega enquanto uma das maiores referências de construção de Moçambique enquanto nação por meio da conquista da independência (Bragança & Depelchin, 1986; Coelho, 1998, 2013; Posse, 2015; Souto, 2013). Ao destacar o papel da mulher neste processo, confere-se-lhe um protagonismo, enquanto exemplo de emancipação, que pode ser reproduzido para responder a outros desafios diferentes da luta de libertação como, por exemplo, o combate à pobreza – o principal pilar da agenda de governação de Armando Guebuza durante os seus dois mandatos. Este protagonismo da mulher aparece mais explícito em outros excertos dos discursos, como, por exemplo, “ela participava, com bravura, em todas as frentes e em pé de igualdade com os homens, na libertação da nossa Pátria Amada da dominação estrangeira” (Guebuza, 2011, p. 183)¹¹.

¹⁰ Discurso enunciado na cerimónia de celebração do Dia da Mulher Moçambicana, por ocasião do início das festividades dos 35 anos da Independência Nacional, em Nangade, no dia 7 de abril de 2010.

¹¹ Discurso proferido na cerimónia de abertura da II Conferência Nacional sobre Mulher e Género, realizada em Maputo no dia 4 de novembro de 2010.

No entanto, este protagonismo da mulher é contraditório na medida em que a mulher, durante a luta de libertação nacional, nunca pôde estar ao nível do homem; pelo contrário, foi alvo de instrumentalização por parte dele, situação que torna o protagonismo da mulher nos discursos de Armando Guebuza uma manipulação.

Há que referir que, apesar do destaque que Armando Guebuza procurou conferir à mulher como protagonista na luta contra a pobreza, Inge Tvedten e colegas (2008) consideram que durante o seu governo se verificou uma feminização da pobreza em Moçambique, em que os diferentes instrumentos de governação, incluindo os de defesa da igualdade género e emancipação da mulher, em quase nada alteraram a condição histórica de exclusão, marginalização e vitimização da mulher em relação ao homem.

Para além disso, existe uma contradição nos discursos de Armando Guebuza que reside no facto de, por um lado, enfatizar o protagonismo da mulher nos processos de combate à pobreza e, por outro, representa-a como subalterna – desempenhando as funções de maternidade e doméstica –, além de circunscrever o seu espaço de intervenção à família, como se pode observar nestes dois excertos: “reconhecidamente, a mulher é o garante da continuação da humanidade, pilar fundamental da família e sociedade e fonte inesgotável de ensinamentos e de experiências da vida para as mais novas gerações” (Guebuza, 2011, p. 183) e “mostremos mais amor por quem nos deu a vida; por quem nos ensina os caminhos da vida; mostremos mais amor por quem nos inicia nos valores da família e da sociedade” (Guebuza, 2011, p. 186).¹²

Ademais, ao se referir à mulher nestes termos – mãe e doméstica –, Armando Guebuza está a enaltecer a dominação masculina disfarçada de “superioridade moral da mulher” (Miguel, 2001, p. 262) ou ainda fazendo a “glorificação da maternidade” (Borsa & Nunes, 2011, p. 35), situação que acaba por reforçar a sua exclusão dos espaços de exercício de poder, tanto público como privado e, conseqüentemente, reforça o poder do homem nesses espaços enquanto “dominador”. No espaço privado, é o “chefe natural da família” (Arnfred, 2004, p. 110) ou aquele que lidera a família, o principal responsável, se não mesmo o único, provedor da família. E no espaço público, é aquele que domina e controla o poder e os recursos existentes (Miguel, 2001; Nkenkana, 2015; Nzomo, 2015; Perrot, 2017; Soihet et al., 2001; Walsh & Scully, 2006). Esta situação tem perpetuado as posições, de acordo com Maria Amélia Goldberg e colegas (1975, p. 95), do homem enquanto sujeito e da mulher enquanto seu tradicional objeto. Porém, sobre

¹² Os dois excertos são parte do discurso enunciado na cerimónia de abertura da II Conferência Nacional sobre Mulher e Género.

a dimensão privada – neste caso, a da família –, pode-se fazer referência ao estudo de Sofia Lopes e colegas (2024) para relativizar o poder que o homem exerce sobre a mulher, particularmente no que diz respeito à maternidade. Para essas autoras, graças ao empoderamento da mulher, esta tende a conquistar algum poder sobre a decisão de quantos filhos o casal pretende ter.

Conclusão

O processo da luta pela igualdade de género e emancipação da mulher em Moçambique é intrínseco ao processo de construção do próprio Estado-nação, uma vez que a sua emergência coincide com o início da luta de libertação nacional. Isto porque o seu *leitmotiv* imbrica-se com o da luta, ou seja, a libertação do povo moçambicano passava pela “libertação da mulher”, tanto do jugo colonial como também das estruturas tradicionais que a tornavam (e ainda tornam) submissa.

Os discursos de Armando Guebuza revelam o seu fraco interesse na luta pela igualdade de género e emancipação da mulher, na medida em que nem a quantidade dos seus discursos nem o seu conteúdo conferem a devida importância à mulher e aos seus interesses. De um universo de 136 discursos analisados, somente quatro têm a centralidade na mulher, e mesmo esses representam-na como mãe e doméstica, tendo a família como seu principal espaço de intervenção mesmo quando procuram enaltecer o seu protagonismo no processo de construção do Estado-nação.

É importante perceber que, para que ocorra a emancipação da mulher, é preciso que os sentidos e significados conferidos à mulher nas estruturas de que fazem parte – como por exemplo a produção, a reprodução, a socialização e a sexualidade (Mitchell, 2006, p. 221) – se transformem por meio do envolvimento tanto do homem como da mulher enquanto agentes estruturantes (mas muito mais da segunda por ser a mais prejudicada), uma vez que ambos são reféns das estruturas sociais, responsáveis pela definição dos seus papéis na sociedade (Arnfred, 2015; Bourdieu, 2012; Davis, 2016; Nkenkana, 2015; Perrot, 2017).

É preciso reconhecer que a perspetiva de análise aqui adotada – centrada na ideia de que as relações de género na sociedade moçambicana se caracterizam, historicamente, pela dominação masculina – limitou a compreensão de outras dinâmicas à volta destas relações, tal como sugerem Soihet e colegas (2001), Mitchell (2006) e Akhona Nkenkana (2015) sobre os debates à volta da luta da mulher pela igualdade de género e emancipação em outros contextos.

Esta necessidade de procurar analisar as relações de género por meio de outras perspetivas surge do facto de Moçambique ser bastante heterogéneo.

E por conta disto, podem existir outras dinâmicas e realidades nos diferentes contextos em que os sentidos e significados atribuídos tanto ao homem como à mulher podem permitir ter outras compreensões sobre as relações de género. Por exemplo, Signe Arnfred (2015) sugere que a modernização reestruturou as relações de género nas sociedades matrilineares e patrilineares de Moçambique desde a luta de libertação nacional, ao ponto de criar outros sentidos e significados nas relações de género. Ou ainda, como considera Osmundo Pinho (2015), de que as abordagens ocidentais sobre relações de género e feminismo não se mostram adequadas para compreender as dinâmicas destas relações no contexto moçambicano.

Revisto por Alina Timóteo

Declaração de conflitos de interesse

O autor declara não existir quaisquer conflitos de interesse.

Financiamento

O autor não recebeu apoio financeiro para a investigação, autoria e/ou publicação deste artigo.

Agradecimentos

Quero expressar a minha gratidão pelos comentários e sugestões dos revisores anónimos da *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

Referências bibliográficas

- Andrade, E. B. de. (2021). A questão da mulher em Buytendijk e Simone de Beauvoir. *Phenomenology, Humanities and Sciences*, 2(1), 100–110.
- Arnfred, S. (1988). Women in Mozambique: Gender struggle and gender politics. *Review of African Political Economy*, 15(41), 5–16.
- Arnfred, S. (2004). Concepts of gender in colonial and post-colonial discourses: The case of Mozambique. In S. Arnfred & B. K. Chacha (Eds.), *Gender activism and studies in Africa* (pp. 108–128). Council for the Development of Social Science Research in Africa.
- Arnfred, S. (2015). Notas sobre género e modernização em Moçambique. *Cadernos Pagu*, (45), 180–224.
- Arthur, M. J. (2008). A propósito da discussão da proposta de lei contra a violência doméstica: De que vale ter um grande número de mulheres no parlamento? *Outras Vozes*, 22, 1–8.

- Beauvoir, S. de. (1967). *O segundo sexo: a experiência vivida* (S. Milliet, Trad.). Difusão Europeia do Livro. (Trabalho original publicado em 1949)
- Beauvoir, S. de. (1970). *O segundo sexo: factos e mitos* (S. Milliet, Trad.). Difusão Europeia do Livro. (Trabalho original publicado em 1949)
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 233–239.
- Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31–39.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina* (M. H. Kühner, Trad.; 11.^a ed.). Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1998)
- Bragança, A. de, & Depelchin, J. (1986). Da idealização da FRELIMO à compreensão da história de Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 5(6), 29–52.
- Butler, J. (2003). *Problemas de género: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Casimiro, I. M. (2001). Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora. In A. Sopa (Ed.), *Samora: homem do povo* (pp. 99–107). Maguezo.
- Chartier, R. (1995). Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, (4), 37–47.
- Coelho, J. P. B. (1998). Um itinerário histórico da moçambicanidade. In F. Rosas & M. F. Rolo (Eds.), *Língua portuguesa: a herança comum* (pp. 87–126). Assírio & Alvim.
- Coelho, J. P. B. (2013). Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. *Kronos*, 39(1), 10–19.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. Candiani, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1981)
- Garraio, J., & Toldy, T. (2020). “Ideologia de género”: origem e disseminação de um discurso antifeminista. *Mandrágora*, 26(1), 129–155.
- Geisler, G. (1995). Troubled sisterhood: Women and politics in Southern Africa: Case studies from Zambia, Zimbabwe and Botswana. *African Affairs*, 94(377), 545–578.
- Goldberg, M. A. A., Baptista, M. T. D. S., Barretto, E. S. de S., Menezes, S. M. C. de, & Arruda, N. C. (1975). Concepções sobre o papel da mulher no trabalho, na política e na família. *Cadernos de Pesquisa*, (15), 86–123.
- Graff, A. (2016). ‘Gender ideology’: Weak concepts, powerful politics. *Religion and Gender*, 6(2), 268–272. <https://doi.org/10.18352/rg.10177>
- Guebuza, A. (2011). *A nossa missão: unidade nacional – Iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra a pobreza*. Ministério da Função Pública, Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO).
- Guebuza, A. (2014). *A nossa missão: saúde da mulher e da criança – Um desafio multisetorial que se coloca à escala planetária*. Ministério da Função Pública, Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO).

- Gusse, C. A. M. (2018). *A participação política das mulheres em Moçambique: um olhar sobre as estratégias adotadas pelos partidos políticos na eleição das mulheres para o Parlamento* [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/18732>
- Hamlin, C. L. (2020). Gender ideology: An analysis of its disputed meanings. *Sociologia & Antropologia*, 10(3), 1001–1022. <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10310>
- INE – Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Projeções da população 2017-2050*. Consultado a 17 de setembro 2021, em <https://tinyurl.com/mpu7wzvy>
- Isaacman, A., & Isaacman, B. (1984). The role of women in the liberation of Mozambique. *Journal of African Studies*, 13(2–3), 128–185. <https://doi.org/10.5070/F7132-3017090>
- Karberg, S. (2015). *Female political participation and their influence towards greater empowerment of women in Mozambique*. Friedrich Ebert Stiftung.
- Katto, J. (2020). *Women's lived landscapes of war and liberation in Mozambique: Bodily memory and the gendered aesthetics of belonging*. Routledge.
- Kruks, S., & Wisner, B. (1989). Ambiguous transformations: Women, politics and production in Mozambique. In S. Kruks, R. Rapp, & M. B. Young (Eds.), *Promissory notes: Women in the transition to socialism* (pp. 148–171). Monthly Review Press.
- Lopes, S. C., Constant, D., Fraga S., & Harries, J. (2024). Women's voices and meanings of empowerment for reproductive decisions: A qualitative study in Mozambique. *Reproductive Health*, 21(16), art. 16. <https://doi.org/10.1186/s12978-024-01748-7>
- Ly, A. (2014). Promise and betrayal: Women fighters and national liberation in Guinea-Bissau. *Feminist Africa*, 19, 24–42.
- Macedo, L. C., Larocca, L. M., Chaves, M. M. N., & Mazza, V. de A. (2008). Análise do discurso: uma reflexão para pesquisar em saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 12(26), 649–657.
- Makana, S. (2019). Women in nationalist movements. In *Oxford Research Encyclopedia of African History*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.655>
- Mazzola, R. B. (2009). Análise do discurso: Um campo de reformulações. In N. Milanez & J. de Jesus Santos (Eds.), *Análise do discurso: Sujeitos, lugares e olhares* (pp. 7–16). Claraluz.
- McClintock, A. (1991). No longer in a future heaven: Women and nationalism in South Africa. *Transition*, 51, 104–123.
- Miguel, L. F. (2001). Política de interesses, política do desvelo: Representação e 'singularidade feminina'. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 253–267.
- Mitchell, J. (2006). Mulheres: a revolução mais longa (R. Konder, Trad.). *Revista Gênero*, 7(1), 203–232.
- Moagi, A. L., & Mtombeni, B. (2020). Women in pre-colonial Africa: Southern Africa. In O. Yacob-Haliso & T. Falola (Eds.), *The Palgrave Handbook of African Women's Studies*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-77030-7_125-1

- Molyneux, M. (2001). Mobilisation without emancipation? Women's interests, the state and revolution in Nicaragua. In *Women's movements in international perspective* (pp. 38–59). Palgrave Macmillan.
- Mondlane, E. (1995). *Lutar por Moçambique*. Centro de Estudos Africanos.
- Nkenkana, A. (2015). No African futures without the liberation of women: A decolonial feminist perspective. *Africa Development*, 40(3), 41–57.
- Nyagosia, B., Zachary, O., Moywaywa, K. I., & Nyamwaka, E. (2017). Historical reflection of selected women's involvement in the struggle for Kenya's independence, 1920–1963. *International Journal of African History Research*, 1(1), 1–24.
- Nzomo, M. (2015). Women and political governance in Africa: A feminist perspective. *Pathways to African Feminism and Development, Journal of African Women's Studies Centre*, 1(1), 26–47.
- Osório, C. (2007). Acesso e exercício do poder político pelas mulheres. *Outras Vozes*, 21, 1–8.
- Ovečka, L. (2023). Gender theory and gender ideology. *Studia Iuridica*, 99, 121–132.
- Paternotte, D., & Kuhar, R. (2017). “Gender ideology” in movement: Introduction. In R. Kuhar & D. Paternotte (Eds.), *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality* (pp. 1–22). Rowman & Littlefield International.
- Perrot, M. (2017). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (D. Bottmann, Trad.; 12.^a ed.). Paz e Terra.
- Phillips, A. (2001). De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 268–290.
- Pinho, O. (2015). O destino das mulheres e de sua carne: regulação de gênero e o Estado em Moçambique. *Cadernos Pagu*, (45), 157–179.
- Pinto, C. R. J. (2006). Elementos para uma análise de discurso político. *Barbarói*, (24), 78–79.
- Posse, L. D. P. (2015). *A ideia de nação nos discursos políticos do Presidente da República de Moçambique Armando Emílio Guebuza (2005–2009 e 2010–2014)* [Dissertação de mestrado, Iscte-IUL]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/10026>
- República de Moçambique. (2002). *Plano nacional para o avanço da mulher 2002-2006*.
- República de Moçambique. (2005). *Estratégia de género do sector agrícola*. Ministério da Agricultura. <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/planos-estrategicos/planos-estrategicos-sectoriais/ministerio-da-agricultura-minag/91-estrategia-de-genero-do-sector-agrario/file>
- República de Moçambique. (2006). *Plano de acção para a redução da pobreza absoluta 2006-2009 (PARPA II)*. <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/estrategia-para-reducao-da-pobreza/parpa-ii-2006-2009/6-parpa-ii/file>
- República de Moçambique. (2009a). *Política de género e estratégia de implementação*.

- República de Moçambique. (2009b). *Estratégia de género na Função Pública 2009-2013*. Conselho de Ministros.
- República de Moçambique. (2011). *Plano de acção para redução da pobreza (PARP) 2011-2014*. Conselho de Ministros. <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/estrategia-para-reducao-da-pobreza/parp-2011-2014/189-parp-2011-2014/file>
- República de Moçambique. (2020). *Plano quinquenal do Governo 2020-2024*. <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/programa-quinquenal-do-governo-pqg/pqgdoismilevinte-doismilevintequatro/919-pqg-2020-2024-aprovado-pela-assembleia-da-republica/file>
- Santana, C. S. (2016). O olhar da FRELIMO sobre a emancipação feminina. *África(s) – Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, 3(5), 157–168.
- Santana, J. S. de. (2009). A participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em notícias (Revista Tempo 1975–1985). *Sankofa*, 2(4), 67–87.
- Seidman, G. W. (1993). ‘No freedom without the women’: Mobilization and gender in South Africa, 1970–1992. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 18(2), 291–320.
- Sheldon, K. E. (1990). “To guarantee the implementation of women’s emancipation as defined by the FRELIMO Party”: The women’s organization in Mozambique. *Women and International Development*, 206.
- Soihet, R., Soares, R. M. A., & Costa, S. G. (2001). A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Revista Gênero*, 2(1), 7–30.
- Souto, A. N. de. (2013). Memory and identity in the history of FRELIMO: Some research themes. *Kronos*, 39(1), 280–296.
- Tvedten, I., Paulo, M., & Montserrat, G. (2008). Políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique. *CMI Report*, 2008(13).
- Urdang, S. (1989). *And still they dance: Women, war, and the struggle for change in Mozambique*. Monthly Review Press.
- van Dijk, T. A. (1995). What is political discourse analysis? In J. Blommaert & C. Bulcaen (Eds.), *Political linguistic* (pp. 11–52). John Benjamins Publishing Company.
- van Dijk, T. A. (2006). Discourse, context and cognition. *Sage*, 8(1), 159–177.
- Vene, M. (2018). *Liderança feminina no Estado Mataaka: mitos e poderes da Rainha Acivaanjila de Majuuni (séc. XIX–XX)*. Instituto de Investigação Sócio-Cultural – ARPAC.
- Vidal, S. J. da S. (2017). *A participação política das mulheres – em Moçambique e na Tanzânia: um estudo comparado* [Dissertação de mestrado, Iscte-IUL]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/15027>
- Walsh, D., & Scully, P. (2006). Altering politics, contesting gender. *Journal of Southern African Studies*, 32(1), 1–12.

- Watson, L. (2016). The woman question. *Transgender Studies Quarterly*, 3(1-2), 246–253.
- Young, I. M. (1994). Gender as seriality: Thinking about women as a social collective. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 19(3), 713–738.
- Zimba, B. (2012). *A mulher moçambicana na luta de libertação nacional: memórias do destacamento feminino*. Ministério dos Combatentes.

Lúcio Dionísio Pitoca Posse

ASED – Associação para Estudos de Desenvolvimento

Matola-Rio, Bairro Djuba, quarteirão número 2, casa número 223, CP 1114, Matola, Moçambique

Contacto: lucioposse@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1752-935X>

Artigo recebido a 03.07.2024

Aprovado para publicação a 14.02.2025

<https://doi.org/10.4000/146cl>



Women in the discourses by Mozambican President, Armando Guebuza: The man, the subject, and women, his traditional object

The narratives surrounding the struggle for gender equality and the emancipation of women in Mozambique have been central to shaping the discourses and practices of the political elite, especially when referring to the nation-state building process, beginning with the period marked by the struggle for national liberation. This aspect is observed in the speeches made by Armando Guebuza as a member of the political elite during his time as President (2005-2009 and 2010-2014), and the paper employs discourse analysis to study these speeches. The findings suggest that although Armando Guebuza came across as an advocate and promoter of gender equality and women's emancipation in his speeches, he limited

La femme dans les discours du Président de la République de Mozambique Armando Guebuza : l'homme, le sujet, et la femme, son objet traditionnel

Les récits autour de la lutte pour l'égalité de genre et l'émancipation de la femme au Mozambique ont joué un rôle central dans la construction de discours et de pratiques de l'élite politique, notamment dans le cadre du processus de construction de l'État-nation, depuis la période de la lutte de libération nationale. En utilisant l'analyse du discours, nous considérons que Armando Guebuza, à travers ses discours en tant que membre de l'élite politique dans l'exercice de ses fonctions de Président de la République (2005-2009 et 2010-2014), tout en se montrant défenseur et promoteur de l'égalité de genre et de l'émancipation de la femme,

the scope of women to actions favoring the family (performing maternal and domestic tasks) and replicated the idea that women are inferior to men. This is a reflection of practices that date back to the time of the struggle for national liberation.

Keywords: discourse analysis; emancipation of women; gender equality; liberation struggle; Mozambique.

reproduit l'idée de la subordination de la femme, en limitant son action à la famille, accomplissant des tâches maternelles et domestiques, reflétant ainsi des pratiques existantes depuis l'époque de la lutte de libération nationale.

Mots-clé: analyse du discours; égalité de genre; émancipation de la femme; lutte de libération; Mozambique.